

## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

### RESUMO

**Bacharelado em Pedagogia**  
**7º Períodoº**

**Orientador**

Profª. Ms. Karyn Cristine Cavalheiro

**Autores**

Adriana Rodrigues Moreira

Aline Egewardt dos Santos

Barbara de Paula Oliveira Cardoso

Bruna de Lima Fonsaca

Edilaine Glukoski Rosa

Emili Caroline Biscaia Ferreira

Gabriele Tozi

*A educação profissional é uma modalidade de ensino que vem tendo um crescimento significativo nos últimos anos no Brasil. Por conta disto, as acadêmicas definiram como tema para ser desenvolvido neste artigo, as escolas profissionalizantes, que muitas pessoas têm demonstrado interesse, ao invés de uma graduação. Diante disso, o objetivo da presente pesquisa é analisar como acontece o sistema de ensino da educação profissionalizantes na visão dos alunos, assim, investigando quais seriam os desafios que os estudantes poderiam enfrentar e como conseguiriam superá-los. Para conseguir responder esta problemática foram utilizados os seguintes métodos a pesquisa bibliográfica, questionário virtual, que se compõem de 22 questões, onde 20 alunos de diferentes instituições responderam, além disto, ainda foi utilizado a pesquisa de campo, pesquisa quali-quantitativa e a pesquisa descritiva. Com todos os estudos realizados e dados obtidos por meio do questionário aplicado, mostrou-se que a educação profissionalizante e suas escolas tem tido grande crescimento, porém ainda não são tão reconhecidas, há uma grande necessidade de maiores investimentos nesta área, para que mais pessoas possam ter a oportunidade de ingressar e poder ter uma qualificação, assim tendo mais possibilidades de poder arranjar um trabalho melhor e de qualidade para a sua vida.*

**Palavras-chave:** 1 - Educação Profissional. 2- Escolas Profissionalizantes. 3 - Mercado de trabalho.

## 1. INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que quando falamos de formação, busca por alguma qualificação, sempre é pensado em graduações, qual faculdade fazer, raras são as vezes que a educação profissionalizante é a primeira opção.

Felizmente, nos últimos anos as escolas profissionalizantes se tornaram mais visadas e estão conquistando seu espaço no mundo da educação, crescendo a cada dia a busca por essa modalidade de ensino. As pessoas veem em nestes cursos, uma chance de recomeço ou de uma continuação da sua formação.

Para compor este artigo, as acadêmicas partiram do pressuposto de qual seriam os principais desafios, em geral, que os alunos poderiam encontrar no decorrer do curso e como poderiam ser superados, tendo em vista, analisar como acontece o sistema de ensino da educação profissionalizantes na visão dos alunos.

No primeiro capítulo deste trabalho, encontra-se um breve histórico da origem das escolas profissionalizantes no mundo, citando sobre Frederick Taylor e Henry Ford que tiveram grande destaque na época. Logo após inicia-se um subcapítulo relatando toda a história da educação profissionalizantes no Brasil, desde os primórdios na época da colonização, no século XVI, passando por todos os acontecimentos e mudanças que houve, até chegar ao último dado catalogado em 2017.

No segundo capítulo discorre-se sobre a questão da importância que as escolas profissionalizantes possuem atualmente, apontando dados que demonstram a necessidade que o Brasil tem de começar a investir nesta modalidade de ensino e apresentando também o crescimento da valorização que a mesma tem tendo nos últimos anos, mostrando que o mercado de trabalho procura uma mão de obra qualificada para atuar em suas empresas.

No terceiro capítulo é exposto o questionário, feito por meio de uma plataforma virtual, com perguntas fechadas e abertas, que as acadêmicas compuseram e enviaram para que 20 pessoas, que estudam em escolas profissionalizantes, de diversos cursos, pudessem respondê-las. Nisto apontou-se todos os dados obtidos que trouxeram uma nova perspectiva para o desenvolvimento do trabalho.

No quarto e último capítulo deste artigo, foi realizado uma análise de dados, comparando-se com autores que fizeram com que esta pesquisa ficasse mais rica e pudesse responder o problema que foi o propulsor desta pesquisa e fez com que as acadêmicas elaborassem este trabalho.

Por último, aponta-se na conclusão, qual foi o caminho traçado pelas acadêmicas, suas dificuldades e o resultado do problema, se foi alcançado ou não. Finalizando com uma proposta para futuros trabalhos.

## 2. ORIGEM DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES

O ensino profissionalizante teve seu início em meados do século XVIII, a partir da Revolução Industrial, onde houve a necessidade de ter profissionais qualificados para atender a demanda no mercado de trabalho. Nesse período ocorreu a transição para novos processos de manufatura, surgindo assim a produção por máquinas, como Manacorda nos conta (1995, p. 287): “A mão-de-obra precisava ser capaz de atender à demanda emergente, ou seja, de servir à maior produção de bens para o consumo”.

Com o desenvolvimento das máquinas, surgiram locomotivas a vapor que era possível transportar pessoas com tempo e custo menores, também surgiu-se na época teares que necessitavam de mão de obra qualificada para serem trabalhados atendendo a demanda que o momento exigia. Neste período de tempo, as pessoas só eram treinadas para fazer o que lhes eram passados, acabavam por não conhecer o processo de fabricação do produto por inteiro, o que passava a impressão de que o funcionário era só uma máquina ou até mesmo uma parte dela. (VIEIRA e JUNIOR, 2016)

Neste contexto, duas pessoas tiveram grande destaque, Frederick Taylor e Henry Ford, onde buscavam a sistematização e o aumento da produtividade. Frederick Taylor era um engenheiro mecânico, trabalhou como operário e engenheiro em fábricas nos Estados Unidos,

[...] Taylor observou que era necessário aperfeiçoar as funções de cada um para evitar lentidão na produção e esforço físico desnecessário. Para isso é necessário que os funcionários recebessem instruções quanto à função exercida para que pudessem aperfeiçoar sua capacidade produtiva e permitir o máximo aproveitamento de suas habilidades. (SOUSA, 2010)

Por achar que a forma que as empresas trabalhavam não eram eficientes, passou estudar maneiras de como otimizar isso, o mesmo estabeleceu o controle de tempo e determinou os movimentos fundamentais para a fabricação.

Henry Ford também era um engenheiro, ele foi responsável por introduzir o sistema de linha de produção, na qual o operário era a amplitude da máquina, e a padronização dos produtos,

**Padronização da produção:** Henry Ford estabeleceu padrões nos seus automóveis, os modelos T, introduzindo máquinas que cortavam todos os componentes do veículo e os moldavam, diminuindo possíveis erros humanos.

**Esteira rolante e linha de montagem:** entre as principais inovações de Ford, uma das mais significativas em relação à produção foi a linha de montagem, vinda com uma esteira rolante que levava o produto a ser trabalhado para o operário. Desse modo, o operário ficava parado em sua posição, esperando sua demanda. Com isso, os trabalhadores ficavam submissos a movimentos mecanizados e relativamente simples. Era essa esteira que controlava o tempo de produção na indústria. O trabalhador ficava parado enquanto o automóvel se deslocava até o final da produção, o acabamento.

**Diminuição do tempo de produção:** ao padronizar os modelos e designar movimentos repetitivos aos seus funcionários, o modelo fordista reduziu amplamente o tempo de produção de um automóvel. Na época, estima-se que, antes de Ford, um veículo demorava, em média, 500 minutos para ficar pronto. Nas fábricas Ford, esse tempo caiu para 2 minutos.

**Divisão rígida de tarefas:** no processo da esteira, cada trabalhador realizava uma função específica, o que aumentava a produtividade e diminuía os custos.

**Barateamento dos produtos e produção em massa:** com todas as características acima citadas, os veículos da Ford puderam ser comercializados com preços acessíveis, pois os custos eram baixos. Assim, a alta produtividade com a linha de montagem (esteira) e funções específicas para cada trabalhador popularizaram os veículos, tornando comum a aquisição do modelo T. (MATIAS, 2010)

Assim permitiu uma produção em massa, o próprio também foi responsável por reduzir carga horária dos operários e dar-lhes um aumento salarial.

Estas duas formas de produção, o taylorismo e o fordismo, ajudaram a desenvolver o sistema de produção das fábricas, que foi um grande salto para as indústrias da época.

## 2.1. ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES NO BRASIL

Os primeiros indícios de formação profissional no Brasil, ocorreram durante o período colonial, no século XVI, foram com os índios e os escravos, onde estes foram aprendizes dos ofícios da época. O Brasil teve um desenvolvimento em suas cidades, fábricas e comércios foram criados durante os anos, mas por volta de 1785 foi sancionado um alvará que proibia a existência de fábricas, que acabou resultando em uma estagnação no desenvolvimento tecnológico do Brasil. (ROCHA, 2011)

Em 1800, começou-se a construção de centros de aprendizagem dos ofícios manufatureiros para a população carente. Crianças e jovens das famílias pobres eram encaminhados a estes locais, onde recebiam instrução primária, ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros ensinamentos. (ROCHA, 2011)

Em 1808, com a vinda da família Real Portuguesa, Dom João VI, criou o Colégio das Fábricas, que também era conhecida como Casa do Antigo Guindaste, tinha como objetivo “promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria que multiplicam e melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes” (BRASIL, 1891, p.10). Sua função era de formar trabalhadores para que estes estivessem capacitados para atuar em fábricas e

manufaturas, as mesmas que puderam voltar a funcionar livremente a partir do alvará sancionado no dia 1º de abril de 1808.

Entre 1840 e 1865 foi implementada várias instituições voltadas a educação profissional, uma delas foram as Casas de Educandos Artífices.

A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se interferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias. (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1.494)

Em 1906, o Presidente Nilo Peçanha iniciou o ensino técnico no Brasil por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, inaugurou-se quatro escolas profissionalizantes, na qual as três primeiras designavam ao ensino de ofício e a outra ao aprendizado agrícola.

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil pelas seguintes ações:

Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1906).

Em 1909, o Presidente Nilo Peçanha, assinou o Decreto nº 7.566 no dia 23 de setembro, que contém o art. 1º

Art. 1º Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola e Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito. Paragrapho único. Estas escolas serão instaladas em edifícios pertencentes á União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim. (BRASIL, 1909)

Neste ano criou-se as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, que eram voltadas ao ensino profissional gratuito a aqueles que estavam na parte da população menos favorecidas do país. Estas instituições são as versões mais antigas das atuais Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 1927, houve o Decreto nº 5.241, no Art. 2, assinado no dia 27 de agosto de 1927, onde tornava o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias,

Art. 2º - Em todas as escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, farão parte obrigatoriamente dos programas; desenho, trabalhos, manuais e rudimentos de artes e ofícios ou indústrias agrárias, conformes às conveniências e as necessidades da população escolar. (BRASIL, 1927)

Em 1937, na Constituição Federal que foi publicada pelo governo de Getúlio Vargas, reforçou a importância das indústrias e sindicatos criarem escolas que fossem ligadas a suas especialidades. Sendo assim, foram criadas instituições designadas a classe baixa,

[...] as escolas pré-vocacionais e profissionais, destinadas às classes menos favorecidas, constituíam dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados. (BRASIL, 1937, s.p.)

Em 13 de janeiro de 1937, a lei nº 378, Art. 37º, “A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslão Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus” (BRASIL, 1937). Modificou as escolas de aprendizes e artífices em liceus profissionais, designado ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Em 1942, o ensino industrial deixou de ser primário e passou a ser de nível médio, com o Decreto-Lei nº 4.073, Art. 1º, de 30 de janeiro de 1942, foi criada a lei orgânica industrial, onde se estabeleceu que o ensino industrial seria dividido em dois ciclos, sendo o primeiro o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem. O segundo ciclo abrangeria o ensino técnico e o ensino pedagógico.

Nessa nova estruturação do ensino foram criados os cursos médios de 2.º ciclo, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior. Assim, a educação profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agro técnico, com o mesmo nível e duração do colegial e que, no entanto, não habilitavam para o ingresso no ensino superior (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1495).

Também em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.127/42, Capítulo II “Das Escolas Técnicas Federais”, Art. 8º, no 1º parágrafo,

§1º As escolas técnicas referidas neste artigo ministrarão os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações. (BRASIL, 1942)

Instituiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, que anulou os liceus industriais transformando-os em escolas industriais e técnicas, essas mesmas passaram a ofertar a formação profissional nos dois ciclos do ensino fundamental.

Ainda em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048, Art. 1º, de 22 de janeiro, “Art. 1º Fica criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários” (BRASIL, 1942). Por meio deste, foi criado o Sistema S4, que deu origem ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Em 1946, de acordo com o Decreto-Lei Nº 8.261, Art. 2º, de 10 de janeiro, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), “Art. 2º A Confederação Nacional do Comércio, para o fim de que trata o artigo anterior, criará, e organizará o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)” (BRASIL, 1946). Também neste ainda, através do Decreto-Lei Nº 9.853, Art. 1º, de 13 de setembro, foi idealizado o Serviço Social do Comércio (SESC)

Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC), com a finalidade de planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade. (BRASIL, 1946)

Ainda sobre o ano de 1946, pode-se citar a criação do Serviço Social da Indústria (SESI), por meio do Decreto-Lei Nº 9.403, Art. 1º, de 25 de junho,

Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país ,e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes. (BRASIL, 1946)

Onde o mesmo, estimulou o atendimento a educação profissional. Ainda no ano de 1946, pela Constituição ficou definido que as empresas industriais e comerciais deveriam lecionar a aprendizagem aos trabalhadores menores, mas respeitando os direitos dos professores.

Em 1953, pela Lei da Equivalência, Nº 1.821, Art. 3º, inciso I,

I - proceder aos estudos necessários para estabelecer geral regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio a fim de possibilitar maior liberdade de movimento de um para outro ramo dêsse ensino e de facilitar a continuação de seus estudos em grau superior; (BRASIL, 1953)

Ficou decidido que os egressos dos cursos técnicos teriam o direito a frequentar escolas superior. Porém, o que foi visto é que mesmo com oficialização dos cursos técnicos e a vinculação dos mesmos ao segundo grau, não obtiveram o resultado esperado.

Em 1961, a Lei nº 4.024/61 que “Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, no Título IV “Da Administração do Ensino”, no Art. 9º, parágrafo 2º, do dia 20 de dezembro, “c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da

Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;” (BRASIL, 1961). Foi estabelecida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que permitiu que os concluintes dos cursos profissionais, pudessem prosseguir os estudos no ensino superior.

Em 1968, pela Lei Federal nº 5.540, do Capítulo IV “Disposições Gerais”, Art. 42, de 28 de novembro, permitiu que houvesse cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.

Art. 42. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados mantidos pela União, as atividades técnicas poderão ser atendidas mediante a contratação de pessoal na forma da legislação do trabalho, de acordo com as normas a serem estabelecidas nos estatutos e regimentos. (BRASIL, 1968)

Após o golpe do ano de 1964<sup>1</sup>, a educação brasileira passou por transformações, portanto no ano de 1971, promulgado na Lei nº 5.692/71, o atual conhecido como ensino médio, deveria fazer com que o estudante concluísse seus estudos tendo uma profissão técnica

Destaca-se como aspecto relevante, e, ao mesmo tempo, polêmico, o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2.º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretando, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital. (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1496).

Em 1978, pela Lei Nº 6.545, Art 1º, de 30 de junho, às Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais passaram a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Art 1º - As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-lei nº 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

§ 1º - Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo são autarquias de regime especial, nos termos do artigo 4º, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, regendo-se por esta Lei, seus Estatutos e Regimentos.

§ 2º - Ao Centro Federal de Educação Tecnológica sediado na cidade do Rio de Janeiro é conferida a denominação de CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. (BRASIL, 1978)

---

<sup>1</sup> O golpe de 1964, foi um golpe militar que destituiu o poder do até então presidente João Goulart. Este período durou 21 anos.

Ainda nesta mesma Lei, no art 2º, ela consta a finalidade dos Cefets,

Art. 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos:

I - ministrar em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu , visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;

II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio;

III - ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;

IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços. (BRASIL, 1978)

Em 1982, a Lei Nº 7.044/82, no Art. 2º revogou a antiga Lei nº 5.692/71, “Art. 2º É assegurado aos atuais alunos do ensino de 2º grau o direito de concluir seus estudos na forma pela qual os iniciaram” (BRASIL, 1982). Sendo assim, tirando a obrigatoriedade do estudante concluir o ensino médio com a profissão técnica, tornando-a opcional.

Em 1991, a partir da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1992, foi implementado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), possui um modelo institucional semelhante ao do Senai e Senac.

Art. 1º É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.  
(BRASIL, 1991)

No ano de 1994, foi fundado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que era integrado pela Rede Federal e por redes e/ou escolas congêneres dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Nisto ocorreu modificações ao longo do tempo nas escolas técnicas federais, conforme a Lei 8.948, Art. 1º, de 8 de dezembro: “Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pelas instituições de educação tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto e sistemas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.” (BRASIL, 1994)

Em 1996, com a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/96, do dia 20 de dezembro, destinou o Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, Capítulo II, “Da Educação Básica”, Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” , Art. 36 – B,

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:  
I – articulada com o ensino médio;

II – subseqüente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (BRASIL, 1996)

E o Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, Capítulo III, “Da Educação Profissional e Tecnológica”, Art. 39,

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1996)

Em 1997, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril, regularizou a educação profissional e implementou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que procurava a modernização e a expansão da educação profissional, que objetivava a busca de ações integradas de educação juntamente ao trabalho, ciência e a tecnologia, conforme o Art. 39 “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. (BRASIL, 1996)

Em 1998, as construções de novas escolas federais foram impedidas fundamentado na Lei Nº 9.649, Capítulo V “Das Disposições Gerais, Finais e Transitórias”, Art. 47, parágrafo 5º, de 27 de maio,

Art. 47. O art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1998)

Ainda no ano de 1998, foram determinadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, embasada na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 04/99, respaldada no Parecer CNE/CEB nº 16/99.

Em 2002, estabeleceu-se as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 03/2002, que foi instituído pelo Parecer CNE/CP nº 29/2002. Em 2004, a Resolução CNE/CEB nº 1/2004, de 21 de janeiro, determinou diretrizes nacionais para ocorrer os estágios supervisionados dos estudantes que realizavam a educação profissional e de ensino médio.

Em 2005, com a Lei nº 11.195 entrando em vigor, na primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, houve a criação de 64 novas instituições de ensino. Neste ano, pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro, introduziu a educação a distância, que era uma

metodologia diferenciada que, acompanhada dos recursos das tecnologias da informação e comunicação, possibilita a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. Seu emprego está previsto na educação profissional (art. 2º, inciso IV), abrangendo os seguintes cursos e programas: a) técnicos, de nível médio; e b) tecnológicos, de nível superior. (BRASIL, 2005, s.p.)

Ainda no ano de 2005, a Resolução CNE/CEB nº 1/2005, de 3 de fevereiro, baseada no Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, renovou as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio.

Em 2007, lançou-se a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que tinha como intuito criar 150 novas unidades até o ano de 2010, portanto haveria 354 instituições atendendo vários lugares do país, onde os mesmos ofertaram cursos de qualificação, ensino técnico, superior e de pós graduação, que atendiam as necessidades que cada região possuía. (MEC, 2009, p.6)

Em 2008, pela Lei nº 11.741/2008, estabeleceu modificações no Capítulo III, do Título V, da LDB, que passou a abordar como “da Educação Profissional e Tecnológica”, o mesmo ainda contou com a implementação de uma nova Seção no Capítulo II, do mesmo título, na seção IV-A “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Dentro ainda desta Lei, a estruturação da educação profissional se deu por meio de eixos tecnológicos que seriam a “linha central de estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica que dá a direção para o seu projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo.” (BRASIL, 2008, p.8)

Ainda no ano de 2008, a Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho, apoiada no Parecer CNE/CEB nº11/2008, de 16 de junho, implementou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), tanto nas redes públicas quanto privadas de Educação Profissional.

Em 2011, a Lei nº12.513, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o qual expandiu os cursos de educação profissional e tecnológica. A mesma ofertou condições as instituições de criarem cursos para o nível médio, formação inicial e continuada e de educação superior.

Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) enviou um Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que contém treze eixos tecnológicos:

ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo; hospitalidade e lazer. (BRASIL, 2012, p. 32)

No mesmo ano, ainda foram determinadas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

Em 2013, a Lei nº 12.513 foi alterada pela Lei nº 12.816/2013, amplificou o número de beneficiários e as ofertas da Bolsa-Formação Estudante, no domínio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em 2014, foi legitimada a Lei nº 13.005/2014, em 25 de junho, a qual aprovava o novo Plano Nacional de Educação que previa a oferta de no mínimo 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, tanto no ensino fundamental, quanto no médio, de maneira conjunta à educação profissional. O mesmo ainda previa que haveria uma triplicação nas matrículas, garantindo a qualidade da oferta e um aumento de 50% no segmento público. Em 2015, o Ministério da Educação (MEC), divulgou o censo realizado, que apresentava um aumento de 89,2% em relação ao ano de 2008, tendo atendidos 1.784.403 estudantes. Nisto houve uma falta de escolas que ofertavam a educação profissional, o que resultou na necessidade de um aumento destas instituições.

Em 2017, a Lei nº13.415/2007, de 16 de fevereiro, instituiu modificações na LDB (Lei nº 9.394/1996), onde trata-se da Reforma do Ensino Médio. A mesma, proporcionará uma reestruturação no Ensino Médio, no que se refere a grade curricular, onde os estudantes poderão escolher a área do conhecimento que queira estudar. Esta Lei estabelece que parte do currículo escolar seja com matérias obrigatórias em todas as escolas e a outra parte haverá uma flexibilidade, isto é, atendendo a realidade da escola e comunidade local, observando as demandas profissionais locais. Dentro desta mesma Lei, no Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, no Capítulo II “Da Educação Básica”, da Seção IV “Do Ensino Médio”, Art. 35, inciso 7: “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um

trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.” (BRASIL, 1996, s.p.)

Entende-se que a Lei é nova e ainda precisará de ajustes, mas poderá trazer benefícios aos estudantes que escolherem o Ensino Técnico e Profissionalizantes.

Salienta-se que este histórico é de grande importância para estarmos onde estamos com a Educação Profissional. Seu progresso, trouxe experiências significativas e que fazem diferença no Ensino Profissional para os estudantes nos dias de hoje, fazendo que estes indivíduos tenham mais oportunidades e se aproximem da realidade.

### **3. IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES PARA O MERCADO DE TRABALHO.**

A educação profissional no Brasil é dividida em três segmentos, que estão explicados dentro do Decreto Nº 2.208/97,

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; III – tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997)

Sabe-se que a procura por uma educação profissionalizante vem crescendo cada vez mais, pois além de buscar formar indivíduos com conhecimento técnico, se preocupam com a formação do cidadão para atuação no mercado de trabalho. Sendo assim, a educação profissionalizante é vista como um campo de grande relevância, já que os países subdesenvolvidos carecem de pessoas especializadas e com preparo para atuar no mercado de trabalho de um mundo globalizado.

[...] portanto, toda a educação superior também poderia ser categorizada com Educação Profissional, uma vez que os estudantes de graduação superior também visam à obtenção de um diploma que lhes atribuirá prerrogativas profissionais especializadas.

Reconhecendo a validade semântica de tal argumento, é preciso reconhecer sua inutilidade prática. Falaríamos sozinhos caso chamássemos a formação de médicos e advogados, por exemplo, de Educação Profissional. No Brasil, o conceito de Educação Profissional é instantaneamente associado à formação de trabalhadores e, embora todos os profissionais possam ser considerados trabalhadores, na cultura brasileira, a categoria trabalhador parece inadequada para se referir aos bacharéis. (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 12)

Diversos países já vêm introduzindo a educação profissionalizante a um bom tempo, precisamente para a obtenção de indivíduos especializados em diversos ramos

trabalhistas, a exemplo desta realidade tem-se a Alemanha e o Japão. A Alemanha já no ano de 1875 observou que a falta de formação profissional dos indivíduos, acarretava em uma baixa produção na indústria, e conseqüentemente uma queda na qualidade para o mercado internacional, sendo assim, durante o período bismarckiano<sup>2</sup> foi criada uma educação profissional e técnica para a preparação da população. Já o Japão, desde 1872 estabeleceu o ensino de primeiro grau obrigatório para crianças de ambos os sexos, onde depois da Restauração Meiji, amplificou a educação geral e técnica, criando cursos técnicos e centros de pesquisas. Em contrapartida, o Brasil ao longo desse período não reconheceu a necessidade de impulsionar o ensino neste ramo, se estendendo um pouco mais para dar a devida atenção a este setor. (GILIO, 2000, p. 23)

Levando em consideração esta realidade, percebe-se a falta de reconhecimento no campo da educação profissional, enquanto outras categorias de ensino, como por exemplo, o ensino superior, recebem auxílio para se desenvolverem, a educação profissional acaba sendo deixada de lado, não havendo investimento na mesma e assim não dando recursos para que as pessoas possam investir nela.

[...] não há, na legislação do Estado brasileiro, a responsabilidade constitucional ou legal de financiamento da educação profissional, ou seja, ao contrário dos diversos níveis educacionais que possuem, inclusive, recursos vinculados ou fundos de manutenção e desenvolvimento, a educação profissional permanece sem garantia e sem destinação de recursos próprios necessários para a sua consecução, dependendo, anualmente, das dotações orçamentárias ou de programas especiais financiados por convênios internacionais, como o PROEP. Depende, portanto, a efetiva materialização da educação profissional da definição de instâncias e estratégias de coordenação e articulação das políticas de educação básica e profissional e da garantia de um “Fundo Público” que assegure a estabilidade dos programas e ações. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006)

A educação profissional é uma abertura de portas para aquelas pessoas que não tiveram oportunidades de fazer uma graduação, a mesma auxilia para a entrada no mercado de trabalho, fazendo com que os indivíduos possam subir patamares em sua vida, como Ramos (2014, p. 90) nos diz: “O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização”.

Além da educação profissional ser relevante para a inserção no mercado do trabalho, o indivíduo pode ter um desenvolvimento significativo, que vai muito além de técnicas e procedimentos mecânicos, pois

---

<sup>2</sup> O sistema bismarckiano é o nome designado para a política externa do chanceler alemão Otto von Bismarck entre 1871 e 1890, este tinha como intenção a consolidação do estado alemão, para tanto passou a elaborar uma série de sistemas que proporcionaram a gravitação das outras potências européias em torno da Alemanha.

[...] a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (RAMOS, 2014, p. 91)

E ainda complementando,

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo - se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (RAMOS, 2014, p. 92)

A educação profissional acaba transformando o indivíduo em seus aspectos pessoais, colaborando no seu desenvolvimento como cidadão e atuação na sociedade, já que desenvolverá questões relacionadas a sua autonomia, senso crítico, responsabilidade, organização, entre outras questões relevantes e que serão utilizadas na sua vida, fazendo dele um indivíduo preparado para lidar com as situações que a sociedade apresenta.

Levando em conta os aspectos positivos que a educação profissionalizante proporciona ao indivíduo, se torna natural a demanda crescente de procuras por matrículas nessas instituições de ensino. Tomando em consideração isto, o Ministério da Educação (MEC) criou uma plataforma virtual que disponibiliza os dados da educação profissionalizantes da Rede Federal de Ensino, assim, podemos acompanhar o crescimento do ensino profissionalizante.

Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2019)

A plataforma, a qual foi citada, se chama “Plataforma Nilo Peçanha” e nela qualquer pessoa pode visualizar os dados. Já estão disponíveis dados de 2018, que tem como ano base 2017, dados de 2019, que o ano base é 2018 e os dados de 2020, que tem como ano base 2019.

O Gráfico 1 nos apresenta dados referente ao ano de 2017 e o Gráfico 2 de 2018. Em relação a unidades houve um aumento de 8 unidade de 2017 para 2018, em relação aos cursos houve a oferta de mais 103 cursos entre os dois anos. Porém, em relação a matrículas houve uma queda de 79.083, mas em ingressantes tivemos um aumento de 8.114 pessoas. Infelizmente o número de concluintes baixou, foram 37.471 concluintes a menos, o que também teve uma queda foi os números de vagas ofertadas, que teve uma diminuição de 27.403. Em relação aos inscritos, houve um aumento de 63.217 pessoas

inscritas para algum curso profissionalizante. Como podemos ainda acompanhar nos gráficos em dados de 2017 o curso com maior matrícula por Eixo Tecnológico foi o de Desenvolvimento Educacional e Social e o com menor matrícula é Produção Cultural e Design. Já com os dados de 2018, o que teve maior matrículas foi de Informação e Comunicação e o de menor matrículas foi o de Propedêutico, o qual nem está incluso na lista com dados de 2017.

GRÁFICO 1 - Cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por eixo e subeixo dos cursos profissionalizantes de 2017.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018).

GRÁFICO 2 - Cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por eixo e subeixo dos cursos profissionalizantes de 2018.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2019).

No Gráfico 3, vemos dados referentes ao ano de 2019. Em relação aos dados de 2018, houve um aumento de 3 unidades, já na questão de oferta de cursos ocorreu uma

queda de 1.125 cursos. Porém, na questão de matrículas houve um aumento de 27.610, os ingressantes também tiveram um acréscimo de 8.114 pessoas inscritas. Em concluintes, obteve-se uma alta de 16.890, o que também podemos ver que ocorreu também com o número de vagas ofertada que cresceu 44.023, em relação aos dois anos. Com todos estes aumentos, também podemos ver uma grande crescente no número de inscritos, foram 140.277 a mais do que o ano anterior. Também podemos ver nos dados de 2019, que o curso com maior matrículas foi o de Desenvolvimento Educacional e Social e o de menor matrículas foi o de Produção Cultural e Design, pode-se notar que estes mesmos cursos foram apontados como maior e menor matrículas, respectivamente, no ano de 2017 também. Também pode-se notar que o curso Propedêutico, que aparece no ano de 2018, novamente em 2019, não está na lista.

GRÁFICO 3 - Cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por eixo e subeixo dos cursos profissionalizantes de 2019.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020).

Em relação ao sexo e faixa etária dos matriculados no ensino profissionalizante, vamos poder analisar nos Gráficos 4, 5 e 6 a demanda de procura neste segmento, levando em consideração que em qualquer idade a procura é praticamente igual em termos de percentuais, porém o ensino profissionalizante sempre esteve mais ligado ao público masculino. Analisando os dados de 2017 (Gráfico 4) que a faixa etária que há mais interesse pelos cursos profissionalizantes é aquela com os indivíduos na idade de 15 a 19 anos de idade, tendo o sexo masculino com um percentual um pouco a mais que o feminino nesta procura. Já os que menos procuram são os indivíduos maiores de 60 anos, tendo tanto sexo masculino, quanto feminino, uma procura de 0,4%. Já com os

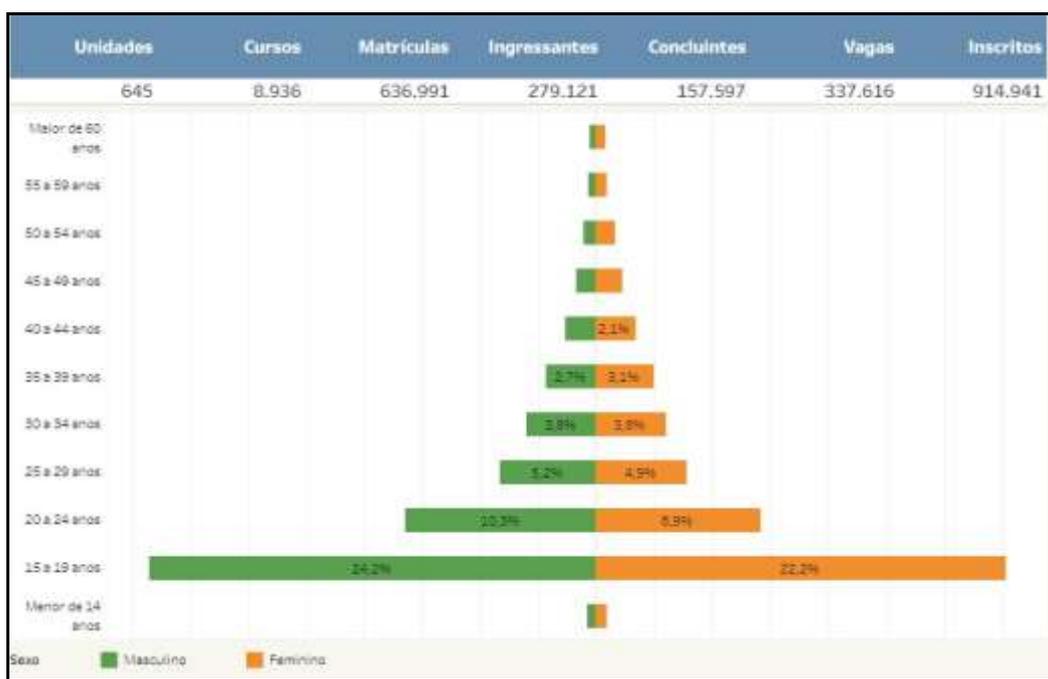
dados de 2018 (Gráfico 5) podemos ver que algumas mudanças ocorreram, a maior procura continua sendo na faixa etária dos 15 a 19 anos, os dois tendo aumento percentual e o sexo masculino continua procurando mais. A menor procura continua sendo dos indivíduos maiores de 60 anos, porém o sexo feminino há uma procura maior (0,4%) do que o sexo masculino (0,3%).

GRÁFICO 4 - Sexo e faixa etária, via porcentagem de 2017.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018).

GRÁFICO 5 - Sexo e faixa etária, via porcentagem de 2018.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2019).

Em relação ao ano de 2019 (Gráfico 6), analisando a questão de faixa etária, mais uma vez notamos que a idade dos 15 aos 19 anos é onde há a maior procura, tendo uma baixa em relação a procura no sexo masculino e uma alta no sexo feminino e desta vez, este último citado, acaba que por 0,1% fica na frente, que difere dos anos anteriores. A menor procura continua sendo com os indivíduos maiores de 60 anos, tendo o mesmo dado do ano anterior, o sexo feminino com a maior procura (0,4%) e o sexo masculino (0,3%).

GRÁFICO 6 - Sexo e faixa etária, via porcentagem de 2018.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020).

Com estes dados da Rede Federal de Ensino podemos ver que durante os anos, há um aumento de procura nos cursos profissionalizantes, o que justifica a importância da valorização desta modalidade de ensino. Precisamos que os órgãos competentes, olhem mais por estes cursos e deem mais oportunidades para as pessoas que queiram ingressar neles, a falta de incentivo acaba prejudicando a aqueles que querem estudar e com isto afeta o mercado de trabalho que não terão mão de obra qualificada para o serviço.

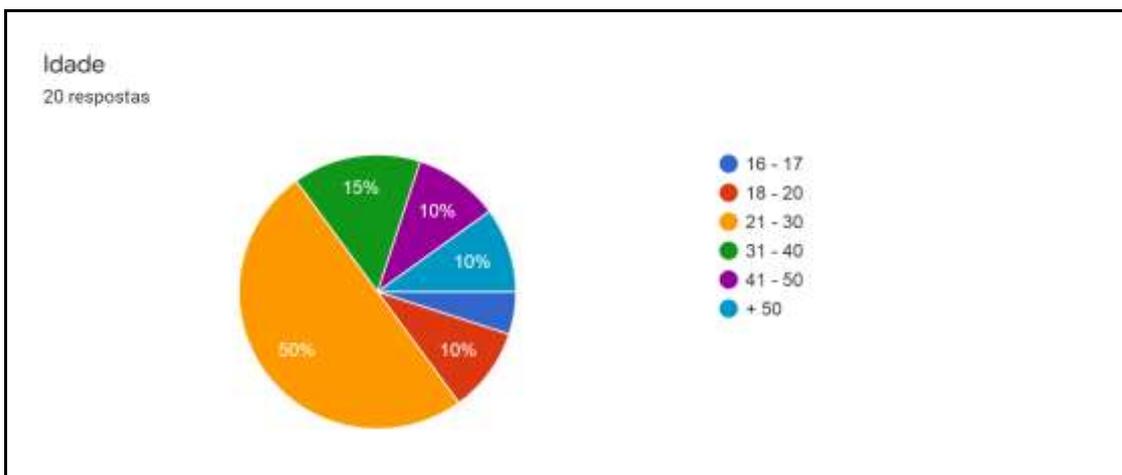
#### 4. DADOS DA PESQUISA

O presente artigo foi embasado em uma pesquisa realizada com estudantes dos cursos profissionalizantes. A pesquisa foi executada por intermédio de uma plataforma online, por meio de um formulário do Google, onde 20 alunos, de diferentes instituições de ensino, responderam-na.

Esta pesquisa contém 22 questões, entre elas perguntas quantitativas e qualitativas, que tinham como por objetivo saber a opinião dos educandos referentes ao ensino profissionalizantes.

Entre as pessoas que responderam o questionário, teve-se respostas de diferentes faixas etárias, sendo que dentre os 20 indivíduos, a maioria das respostas representam idades entre 21 e 30 anos (10 respostas). Entre 16 e 17 anos obteve-se uma resposta, entre 18 e 20 foram duas, entre 31 e 40 três, entre 41 e 50 duas e mais de 50 duas respostas.

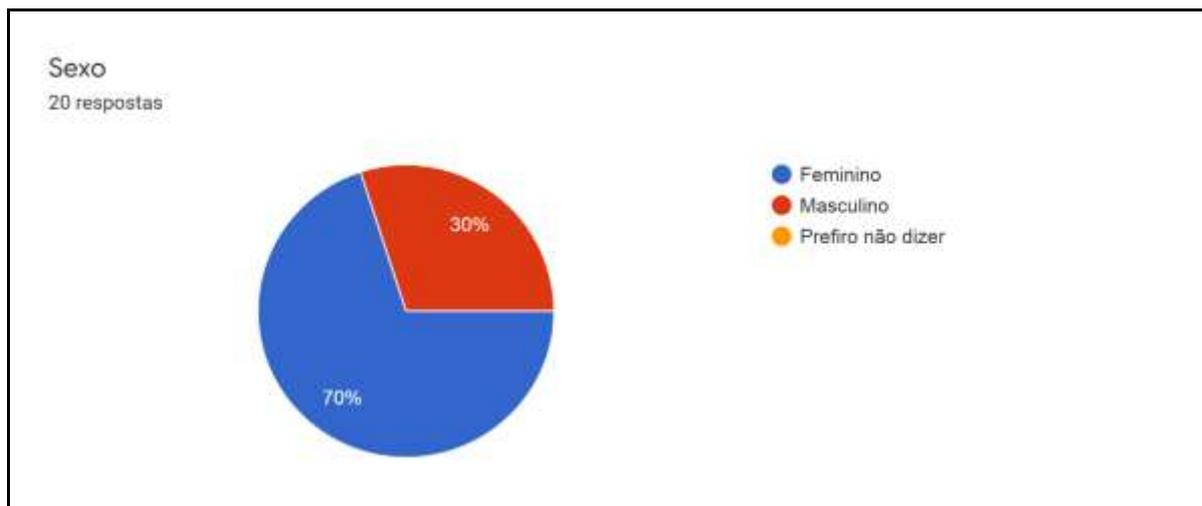
GRÁFICO 7 - Idade dos entrevistados.



Fonte: OS AUTORES (2020).

As pessoas que responderam as questões, majoritariamente eram do sexo feminino, sendo elas 14 das 20 pessoas. Houve apenas 6 respostas do sexo masculino.

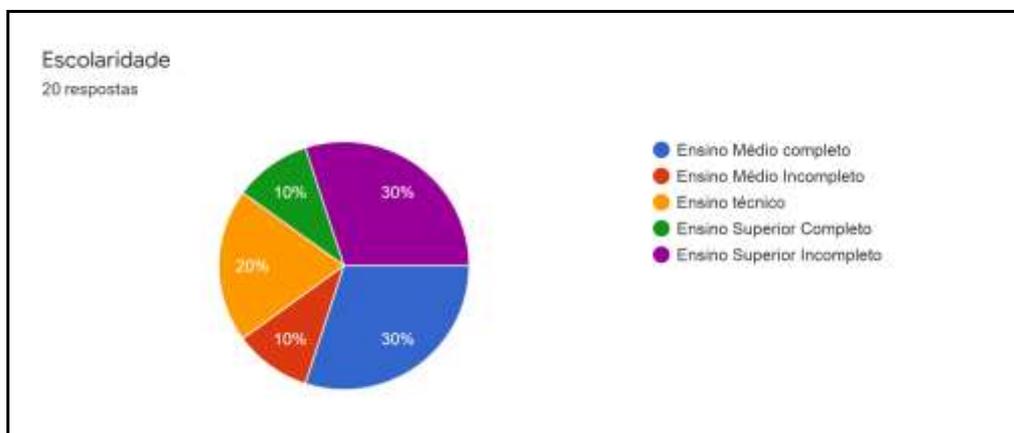
GRÁFICO 8 - Sexo dos entrevistados.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Ainda sobre os participantes, foi perguntado sobre a escolaridade dos mesmos e obteve-se como resposta, que dentre eles a maioria tem Ensino Médio completo (6 respostas) e Ensino Superior incompleto (6 respostas). No que se refere ao ensino médio incompleto houve 2 respostas, para o ensino técnico 4 respostas e para o ensino superior completo foram 2 respostas.

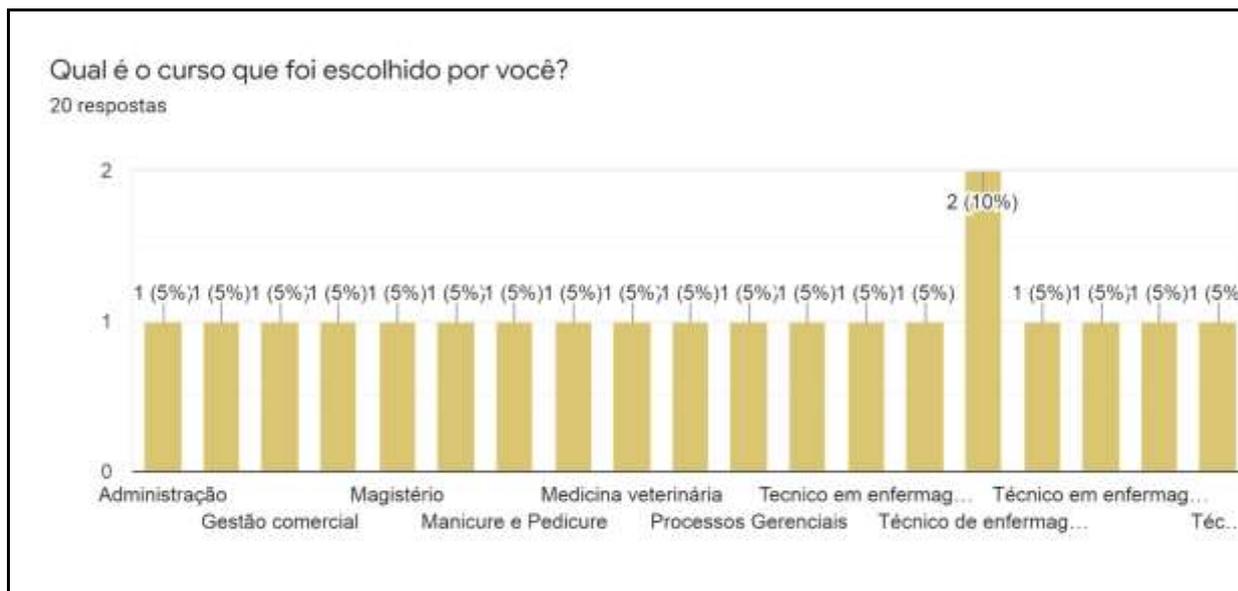
GRÁFICO 9 - Escolaridade dos entrevistados.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Aos entrevistados perguntou-se a qual curso eles estavam cursando, e as respostas obtidas, por mais que não foram contabilizadas como um todo, já que foram respondidas de forma descritiva individualizada, algumas delas foram as mesmas, logo obtivemos as seguintes respostas: 8 cursam técnico em enfermagem, 3 cursam magistério, 2 fazem o curso de manicure, 1 fazem o curso de cabeleireiro, 1 cursa administração, 1 faz gestão comercial, 1 faz curso de mecânico, 1 faz medicina veterinária, 1 faz processos gerenciais e 1 faz técnico de informática.

GRÁFICO 10 - Escolha do curso



Fonte: OS AUTORES (2020).

Dentre a modalidade do curso, infelizmente duas pessoas não quiseram ou não sabiam responder à questão, então só houve 18 respostas. Entre elas 12 pessoas fazem a modalidade profissionalizante, 4 fazem o profissionalizante integrado ao ensino médio, 2 realiza como curso técnico.

GRÁFICO 11 - Modalidade do curso



Fonte: OS AUTORES (2020).

Foi questionado aos mesmos o motivo de por qual razão eles escolheram uma escola profissionalizantes, deu-se a opção que eles assinalaram mais de uma e podemos ver que a principal alegação foi que há maiores possibilidades de trabalho e o segundo maior motivo diz que se é porque há mais foco na prática. As opções que menos foram assinaladas foram os motivos de aumento de salário e de que foi o curso que gosta de realizar.

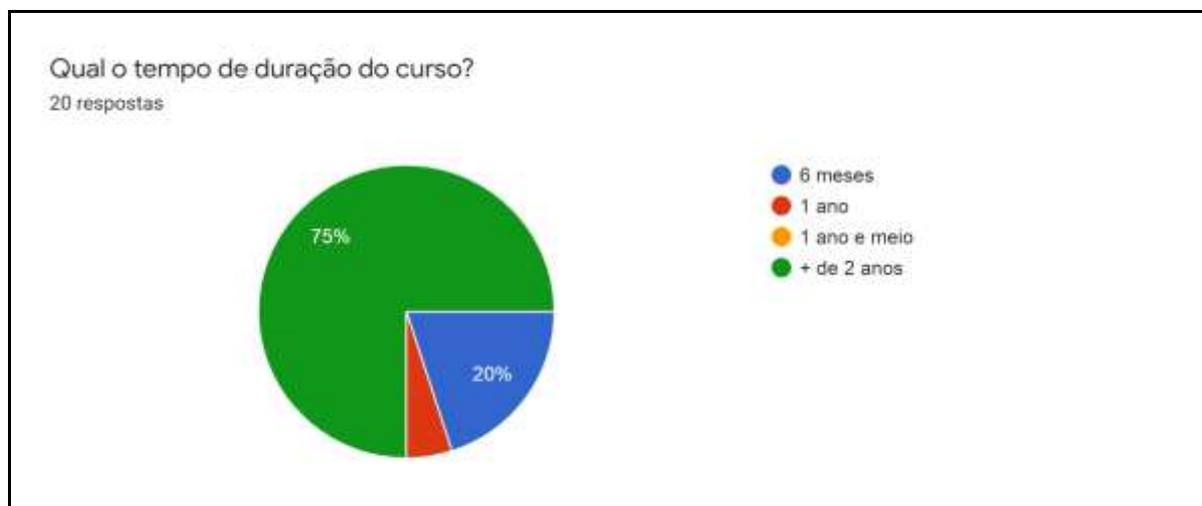
GRÁFICO 12 - Motivo da escolha do curso profissionalizante.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Foi questionado aos alunos qual é o tempo de duração dos cursos em suas escolas profissionalizantes e a maioria, 15 pessoas, nos responderam que duram + de 2 anos, 4 apontaram a durabilidade de 6 meses e apenas 1 apontou 1 ano.

GRÁFICO 13 - Duração do curso.



Fonte: OS AUTORES (2020).

A eles foi perguntado quantos dias da semana são disponibilizados para a realização do curso, 10 pessoas responderam que vão ao curso 5 dias na semana, 4 nos apontam que vão somente 2 dias, 3 relatam que vão 4 dias e 3 também nos dizem que vão apenas 1 dia na semana.

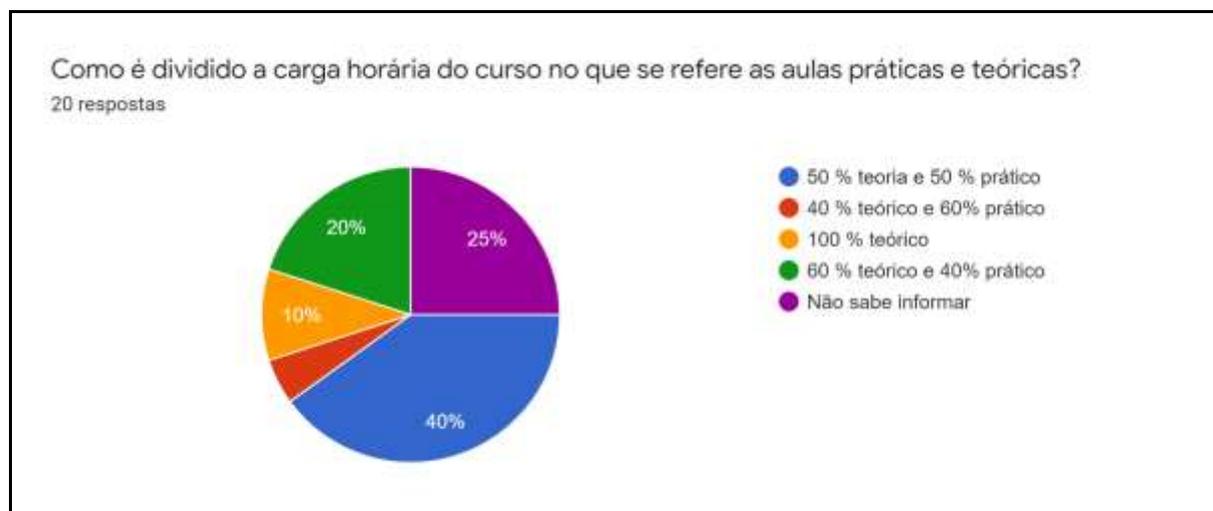
GRÁFICO 14 - Dias da semana para realização do curso.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Para começarmos a entender melhor como funcionam os cursos profissionalizantes, perguntamos aos entrevistados como é realizada a divisão de carga horária do curso em relação às aulas teóricas e práticas. Esta pergunta era aberta e eles tiveram a oportunidade de explicar como funciona em sua instituição, então as acadêmicas tabularam os dados e encontrou-se os seguintes resultados. Dentre todos os entrevistados, 8 deles informaram que a divisão é de 50% aulas práticas e 50% teóricas, 4 pessoas dizem que é 60% teoria e 40% prática, 2 apontaram sendo 100% teoria e 1 aluno apontou como 40% teoria e 60% prático. Infelizmente, 5 pessoas não souberam informar como funciona esta prática em sua instituição de ensino.

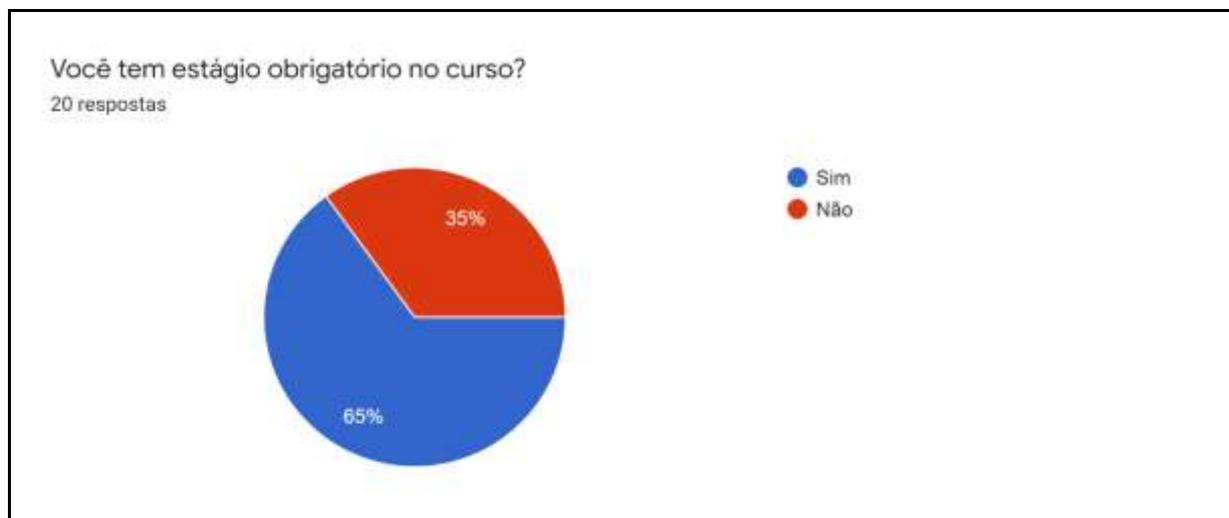
GRÁFICO 15 - Aulas teóricas e aulas práticas.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Ainda, os questionamos se existe a obrigatoriedade de estágio, 13 nos apontaram que sim, eles têm que fazer estágio obrigatório durante o curso, 7 nos disseram que não.

GRÁFICO 16 - Estágio obrigatório.



Querendo entender sobre a questão do estágio obrigatório, deixamos em aberto a aqueles que responderam que sim, que nos apontassem se eles têm poder de escolha de onde realizar os estágios obrigatórios ou se a instituição onde estudam que designam o lugar. Obtivemos 15 respostas, dentro delas 10 nos apontam que a instituição escolhe onde eles fazem os estágios e 5 nos dizem que ele mesmo tem a liberdade de escolher onde estagiar.

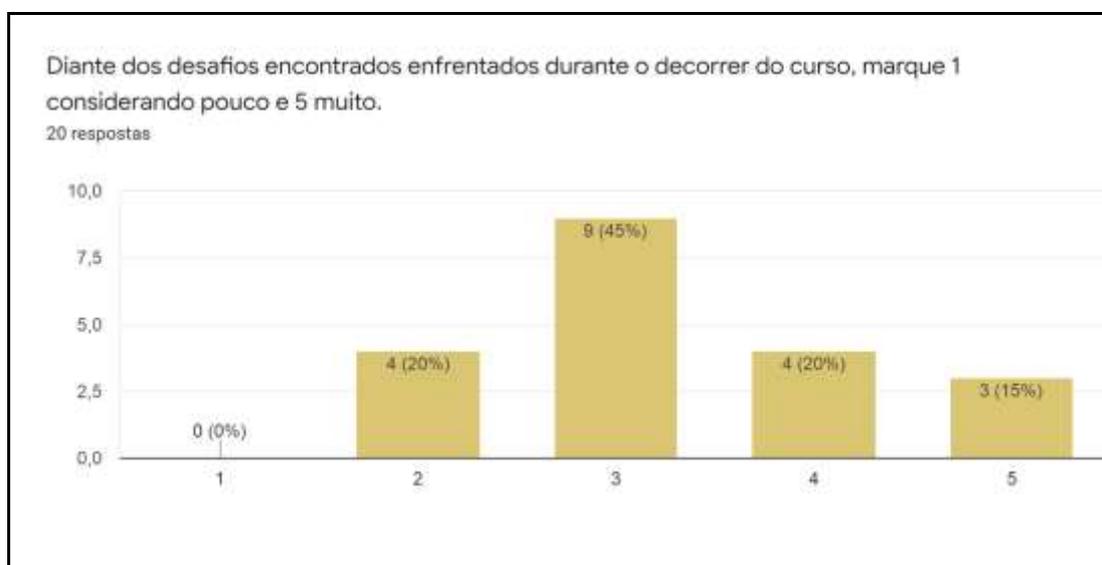
GRÁFICO 17 - Realização do estágio obrigatório.



Para conseguirmos entender as escolas profissionalizantes, foi pedido que nos apontassem a dificuldade perante alguns desafios que foram apontados pelas acadêmicas que realizaram as questões, eles deveriam apontar entre uma escala de 1 a 5, sendo 1 considerado bem pouca dificuldade, 2 pouca dificuldade, 3 dificuldade mediana, nem muito, nem pouca, 4 há dificuldade, e 5 há bastante dificuldade.

O primeiro desafio foi a questão do gerenciamento do tempo, observando o Gráfico 18, vemos que 9 pessoas apontam que estão numa questão mediana, não tendo pouca dificuldade, mas nem muita, 4 pessoas apontam que tem pouca dificuldade, outras 4 apontam que tem dificuldade e 3 relatam que têm bastante dificuldade.

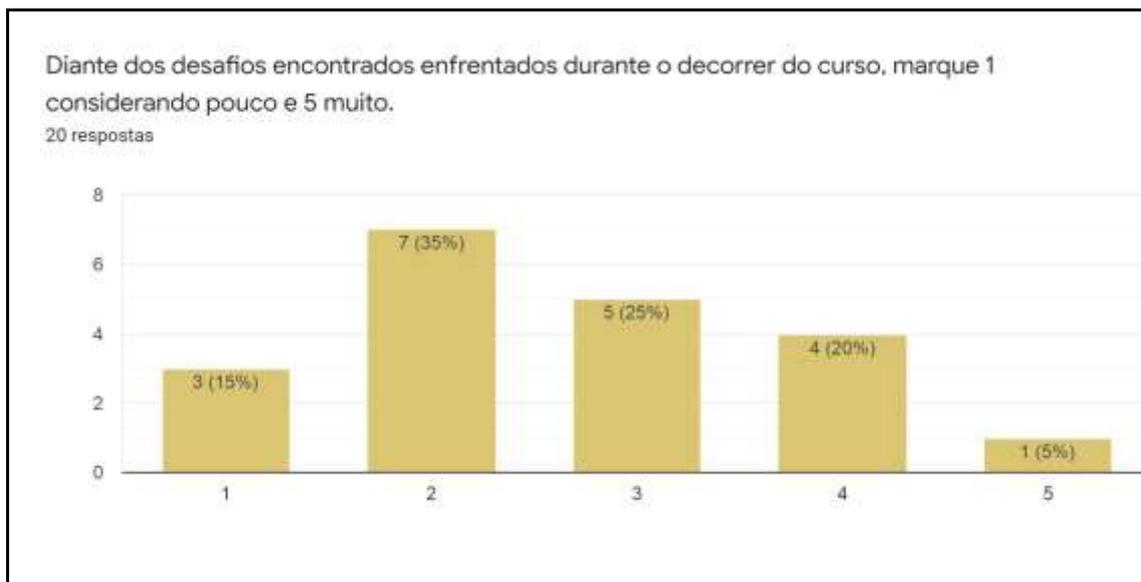
GRÁFICO 18 - Dificuldade: Gerenciamento do tempo.



Fonte: OS AUTORES (2020).

O próximo desafio apontado foi a questão do prejulgamento que os outros indivíduos possuem ao se depararem com colegas que optaram por realizar um curso profissionalizante, no Gráfico 19, vemos que 7 pessoas apontaram ter pouca dificuldade com esta questão, 5 relatam que tem uma dificuldade nível 3, nem muita, nem pouca, dificuldade mediana, 4 nos apontam que tem dificuldade nesta questão, 3 nos dizem que tem bem pouca dificuldade e somente 1 pessoa apresentou ter bastante dificuldade nesta questão.

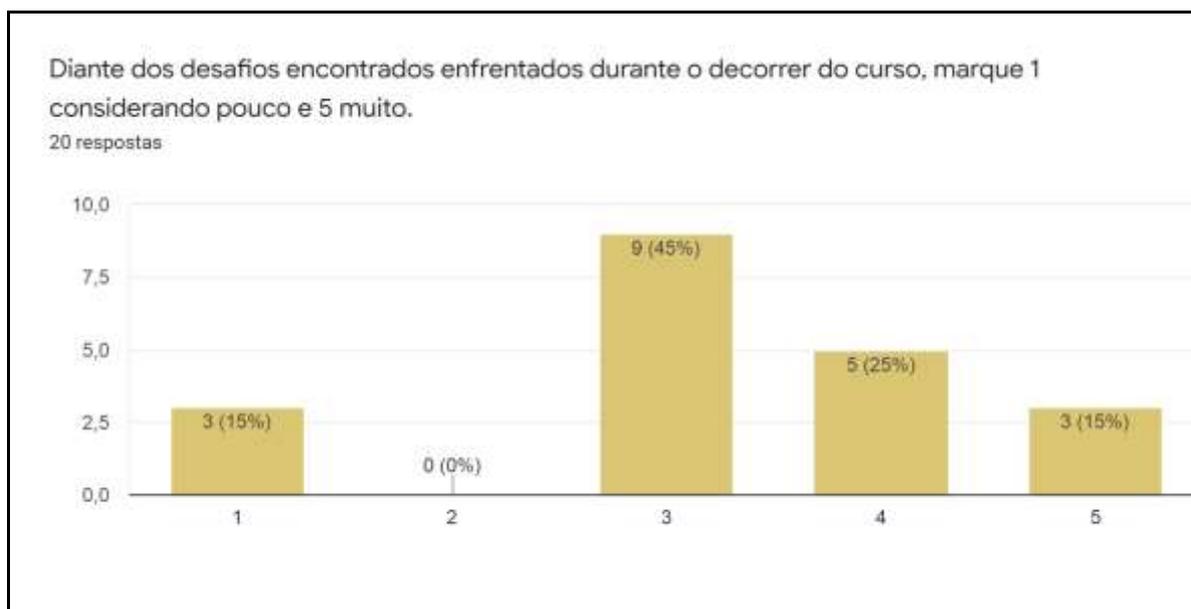
GRÁFICO 19 - Desafio: Prejulgamento com os cursos.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Neste próximo Gráfico 20, encontramos o desafio da falta de incentivo pelo governo e como pode-se observar, 9 dos nossos entrevistados apontaram o nível 3, mediano, onde a dificuldade não é alta, porém também não é baixa, 5 deles relatam ser uma dificuldade nível 4, 3 nos apontam essa questão como bastante dificuldade, já outros 3 nos dizem que essa questão é de pouca dificuldade.

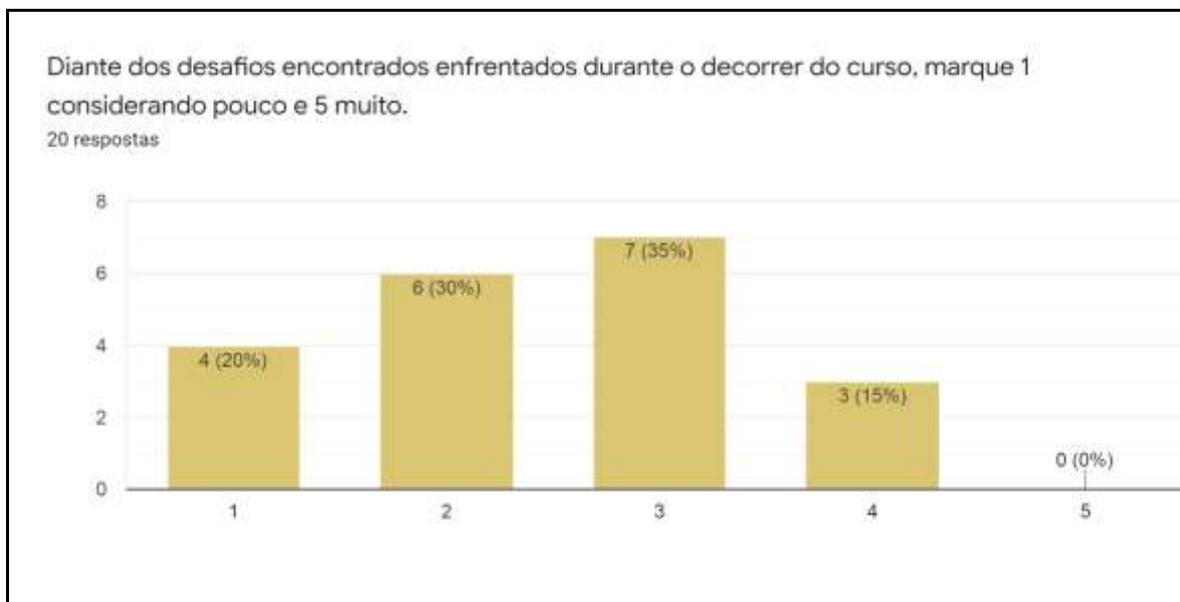
GRÁFICO 20 - Desafio: Falta de incentivo pelo governo.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Como último desafio apresentado pela equipe, é a questão da dificuldade no mercado de trabalho, no Gráfico 21, pode-se observar que 7 apontam isso como uma dificuldade mediana, 6 apontam que tem pouca dificuldade, 4 dizem que tem bem pouca dificuldade e apenas declararam ter dificuldade neste quesito.

GRÁFICO 21 - Desafio: Mercado de trabalho.



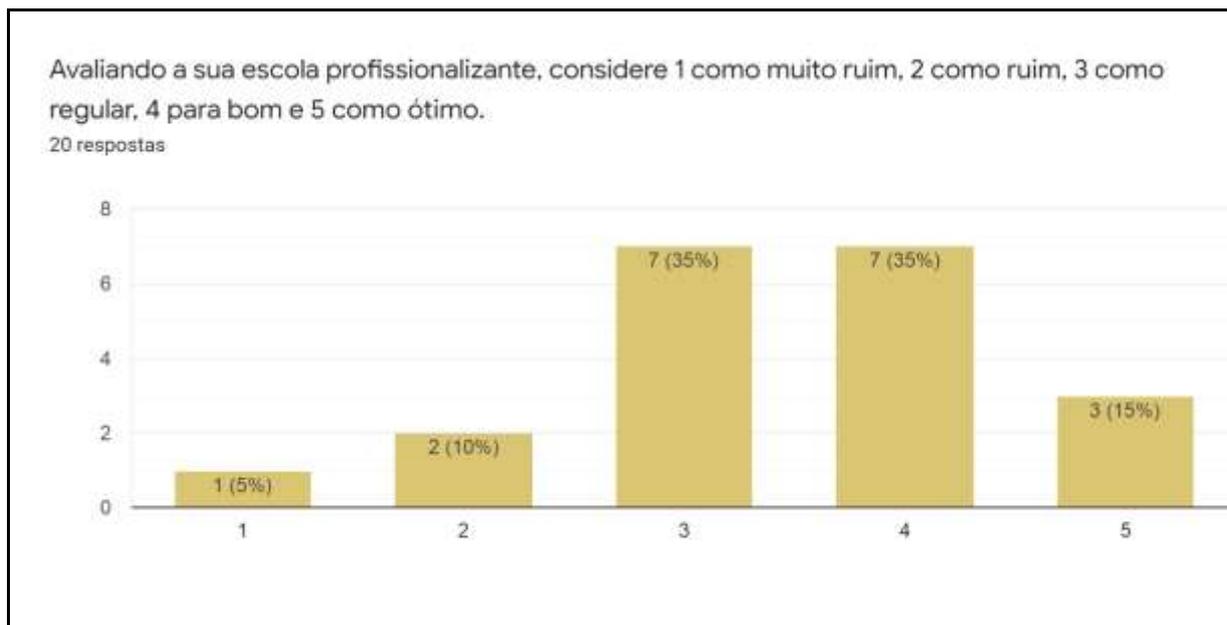
Fonte: OS AUTORES (2020).

Ainda foi disponibilizado aos entrevistados, um campo, onde eles poderiam apontar mais desafios que eles enfrentam durante o dia a dia, porém nenhum deles citou algo.

A próxima etapa de perguntas, foi elaborada com o objetivo de entender como são as escolas profissionalizantes, então pediu-se que eles avaliassem alguns itens, de acordo com uma escala de 1 a 5, considerando 1 como muito ruim, 2 como ruim, 3 como regular, 4 para bom e 5 para ótimo.

A primeira questão que foi solicitado que eles avaliassem foi a infraestrutura do lugar, se é um lugar preparado para atender as necessidades que os mesmos têm durante o curso. Dos 20 entrevistados, 7 nos apontam como uma infraestrutura boa, outros 7 relatam que é regular, 3 dizem que o local é ótimo, 3 consideram como ruim e apenas 1 marcou como muito ruim.

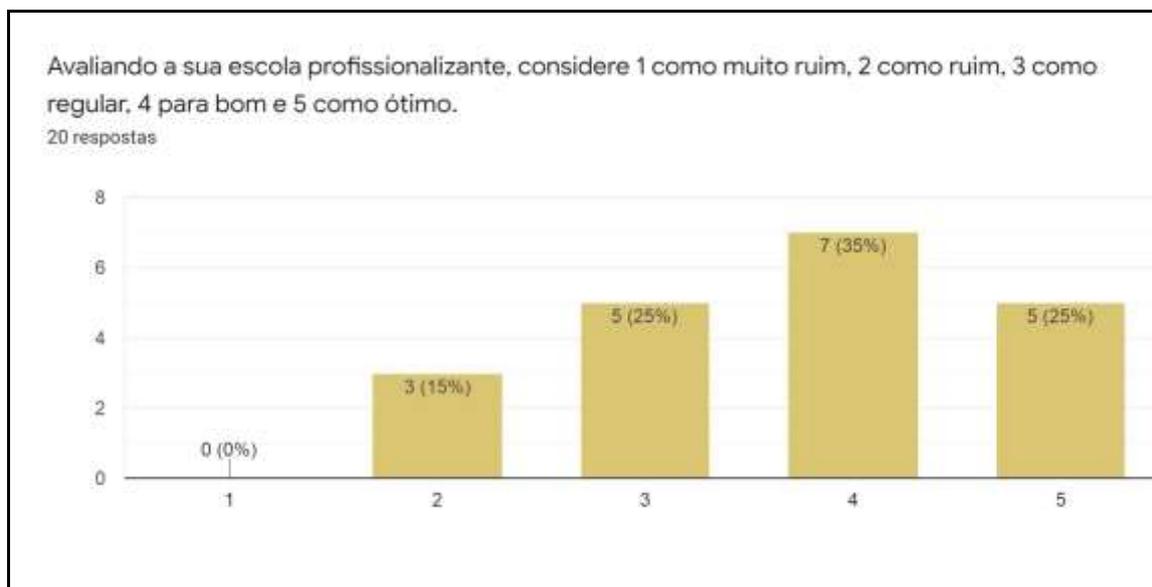
GRÁFICO 22 - Avaliação: Infraestrutura.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Perguntou-se também sobre a questão da instituição ser de fácil acesso, se tem uma boa localização. Dentre os entrevistados, 7 dizem que é bom, 5 apontam como ótimo, então o acesso é bem fácil, outros 5 consideram como regular e apenas 3 apontam o local como ruim de acesso.

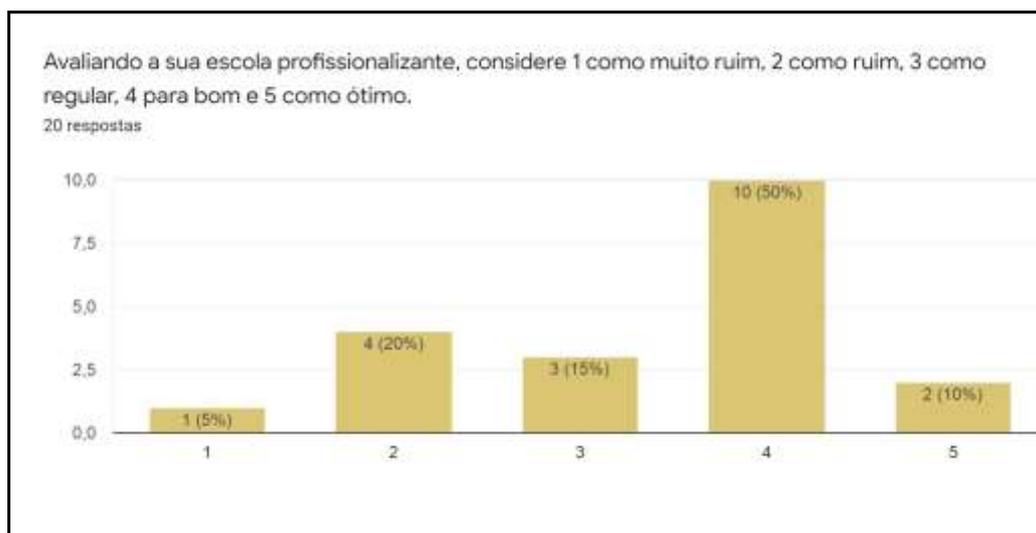
GRÁFICO 23 - Avaliação: Fácil acesso.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Foi questionado a eles se eles consideram o conteúdo que é passado durante o curso suficiente para a atuação quando formados. Dos 20 que foram entrevistados, 10 deles consideram que o conteúdo é bom, 4 nos apontam como ruim, 3 deles julgaram como regular, 2 dizem que é regular e apenas 1 considera muito ruim.

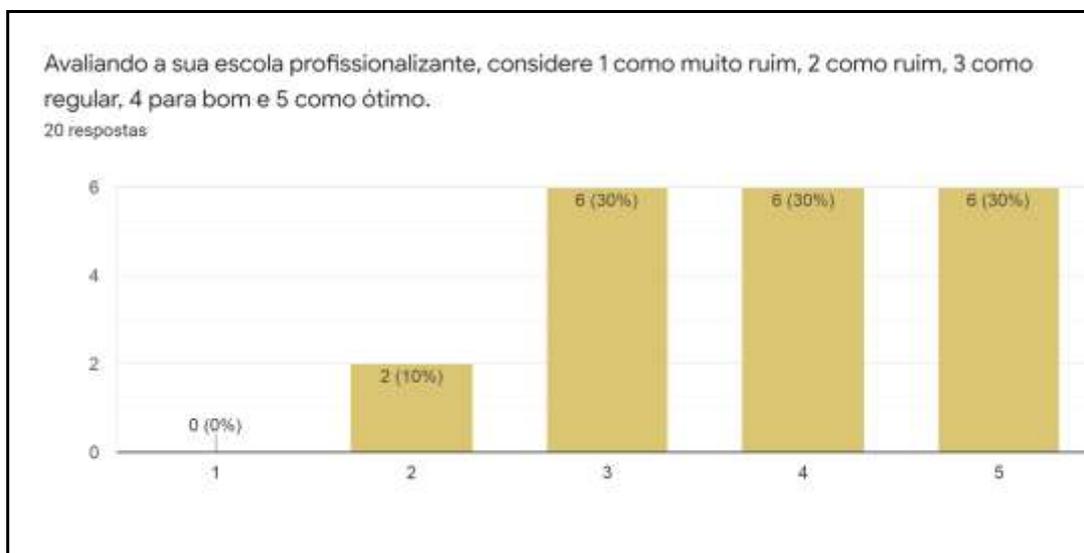
GRÁFICO 24 - Avaliação: O conteúdo passado no curso é suficiente para a atuação no mercado de trabalho.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Como último quesito a ser avaliado pelos entrevistados, pedimos que eles avaliassem se o corpo docente os auxilia quando é requisitado. Das 20 pessoas, 6 apontam como ótimo neste item, outras 6 nos dizem que é bom, mais 6 consideram como regular e apenas 2 julgam como ruim.

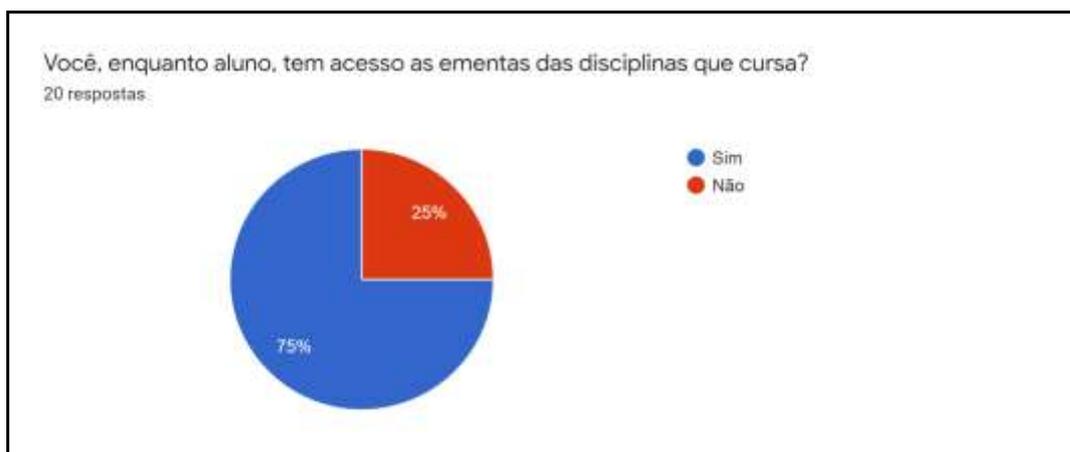
GRÁFICO 25 - Avaliação: O corpo docente auxilia quando necessário?.



Fonte: OS AUTORES (2020).

Sabe-se que grande parte das instituições de ensino disponibilizam as ementas de suas disciplinas aos educandos, pois é um material de registro que destaca os conteúdos que serão abordados em cada disciplina no decorrer do curso, o que acaba por auxiliar no reconhecimento de suas principais características. Dentre os 20 entrevistados 15 disseram ter acesso a ementa das disciplinas e apenas 5 evidenciaram que não.

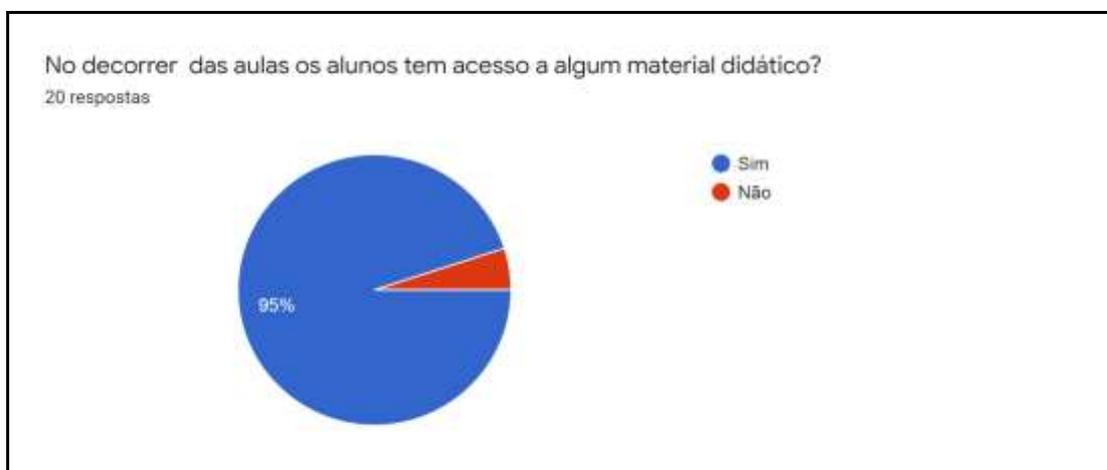
GRÁFICO 26 - Ementas.



Fonte: OS AUTORES (2020).

E para a última pergunta da pesquisa, questionou-lhes sobre o material didático, que tem uma grande importância no desenvolvimento da aprendizagem, pois é por meio dele que são expostos de modo esclarecedor os conteúdos que serão desenvolvidos no decorrer do curso, auxiliando na aquisição do conhecimento por parte do educando de modo dinâmico. No gráfico 27 foi questionado aos alunos se as escolas disponibilizam material didático ao decorrer do curso. Das 20 pessoas, 19 assinalaram que sim e apenas 1 marcou que não é disponibilizado.

GRÁFICO 27 - Material didático.



Fonte: OS AUTORES (2020).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

São perceptíveis que alguns dados adquiridos na pesquisa trouxeram notáveis informações, que fazem-se repensar sobre o pressuposto que obtemos da educação profissionalizante.

Após analisados pelas acadêmicas que elaboraram este trabalho, observou-se que já de início os dados foram surpreendentes. O primeiro dado que se mostrou significativo, aponta a escolaridade dos entrevistados (Gráfico 9), 8 deles nos mostram que ou concluíram ou já tiveram contato com o Ensino Superior, o que é impressionante, pois quando pensamos em pessoas fazendo a graduação, não imaginamos que depois poderiam procurar pelo ensino profissionalizante, porém como o Site Evolua aponta,

Ele também é uma ótima opção para os profissionais que estão formados há alguns anos e precisam se atualizar sobre as novas ocupações, novos conceitos, as mudanças do mercado e as tecnologias adotadas pelas empresas, que costumam mudar em um curto espaço de tempo.

Além disso, também é recomendado para os profissionais que pretendem agregar conhecimento a uma determinada área. Por exemplo: um jornalista que pretende se inserir no setor de marketing digital pode realizar um curso profissionalizante para aprender sobre o assunto e conhecer as influências das mídias digitais no processo de vendas.

Dessa maneira, ele não precisa investir em uma nova graduação, que levará 4 anos para concluir e obter um diploma, ou em uma especialização, que terá um alto custo. No curso profissionalizante, o profissional adquire o conhecimento necessário para atuar no mercado, de forma rápida, prática e eficiente. (SITE EVOLUA, 2016)

Assim, nos destaca que mesmo depois de graduados, os profissionais podem procurar os cursos profissionalizantes como uma forma de atualização, o que é importante para o mercado de trabalho atual, que sempre está em busca de indivíduos capacitados para atuar nas mais diversas áreas.

O segundo ponto na pesquisa que foi relevante, porém já era de se esperar, foi referente ao motivo da escolha do curso (Gráfico 12), onde alguns dos entrevistados apontam o baixo custo como uma razão para ter escolhido esta modalidade de ensino, sendo ele relativamente mais barato do que uma graduação, assim sendo uma escolha para que não fiquem sem continuidade nos estudos. Feres também aponta isso como um fator importante,

Para 31% dos jovens que concluem o ensino médio, a não continuidade dos estudos em função dos custos do curso é a principal barreira. Dentre os que se matriculam em cursos pós-secundários profissionalizantes, 46% dizem ter feito a escolha certa com relação à instituição e ao curso. (FERES, 2018, p. 43)

Outro ponto destacado nesta mesma questão foi a empregabilidade, onde os entrevistados consideram que há mais facilidade para se achar vagas nas empresas.

Para quem busca uma oportunidade de trabalho em tempos difíceis da economia têm como opção os cursos técnicos profissionalizantes. Um levantamento realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com alunos

que concluíram cursos técnicos em 2017, revelou bons índices de empregabilidade com média de 72,6%.

Há ainda, setore em que, de cada dez formados, oitos se colocaram em vagas de sua qualificação. É o caso das áreas de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação. (SITE FOLHA DIRIGIDA, 2020)

Próximo dado que tem grande destaque na pesquisa é sobre as aulas práticas e teóricas realizadas nas instituições de ensino profissionalizantes durante o curso (Gráfico 15), visando que elas são extremamente importantes na mesma intensidade e devem ser divididas por igual, conforme muitos entrevistados indicaram que acontece. Este mesmo tema é alentado pela Líder da área de Ensino Técnico da SOMOS EDUCAÇÃO, a Alini Dal Magro,

No ensino profissional, essa relação de teoria e prática talvez seja mais evidente porque a maioria das pessoas que escolhe um curso técnico o faz para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, estar mais qualificado para permanecer em um emprego ou mesmo para buscar novos desafios profissionais (SITE REDE DE EXPERIÊNCIAS, 2017).

Por conta disso, apesar de haver uma grande procura pelas escolas profissionalizantes devido a metodologia ter uma carga horária prática maior, salienta-se que as aulas teóricas são necessárias para ocorrer o aprendizado como um todo, não basta ao aluno saber fazer na prática, se ele não obtém o conhecimento teórico sobre o assunto.

Outro ponto que possui obtenção de resultados significativos, foi a evidência das dificuldades apontadas pelas acadêmicas. O primeiro que foi citado era o gerenciamento do tempo (Gráfico 18) encontrados pelos entrevistados durante seus cursos profissionalizantes, como apontado pela maioria dos estudantes, a maioria vê esse desafio sendo regular, não tendo tanto problema com este tópico, porém é uma dificuldade. Sabemos que na atual situação que passamos, saber otimizar seu tempo é essencial.

Com um bom gerenciamento de tempo, a empresa otimiza todos os recursos utilizados — financeiros, humanos e tecnológicos, maximizando assim o resultado geral dos negócios. Além disso, um gerenciamento de tempo adequado motiva todos os envolvidos nos processos, criando um sentimento de satisfação e realização em colaboradores, gestores, e principalmente, nos clientes.

Em linhas gerais, o gerenciamento de tempo é essencial para criar uma cultura e um ambiente de excelência na empresa (LIBERATO, 2018)

Saber como aprimorar seu tempo, acaba resultando em melhores resultados. Se a pessoa conseguir este feito, com certeza seus estudos renderam bem mais e poderá ter um melhor rendimento em seu curso, assim obterá sucesso naquilo em que está comprometido.

Outro desafio que também merece destaque é o prejulgamento de quem faz os cursos profissionalizantes (Gráfico 19) podem sofrer. Os dados que foram coletados neste

trabalho, alguns dos entrevistados apontam que eles possuem pouca dificuldade neste aspecto, que não há tantos prejulgamentos sobre ter um curso profissionalizante ou uma graduação, entretanto Feres (2018) aponta que, “Faltam estudos que evidenciem os reais impactos e benefícios econômicos e sociais da formação técnica e profissional, tanto para o indivíduo quanto para o país.” Sendo assim, é evidente que os cursos profissionalizantes são vistos como uma modalidade inferior das demais, justamente pela falta de indicadores de quanto este é relevante e oferece grandes benefícios para os diversos setores empresariais.

Mais um ponto situado na pesquisa, na parte de desafios, é a falta do incentivo pelo governo (Gráfico 20). A maioria dos estudantes que responderam o questionário, apontam esta dificuldade de um nível regular até bastante, então vemos que este tópico é bem significativo. Muito se fala de incentivo para que os estudantes procurem uma graduação para se fazer, mas pouco, quase nunca, se fala dos cursos profissionalizantes, o que torna esta jornada um pouco mais difícil. Como já apontado neste artigo no Capítulo 2, por Kuenzer e Grabowski (2006) não há recursos que sejam repassados diretamente para a educação profissional, assim dificultando esta trajetória tanto para os alunos, quanto para as instituições de ensino.

O último desafio apresentado pelas acadêmicas na pesquisa, se refere a dificuldade da inserção no mercado de trabalho (Gráfico 21), onde dos entrevistados, 7 deles apontaram tal questão como sendo um problema mediano, logo percebe-se que apesar dos indivíduos procurarem por uma especialização, ainda existe uma dificuldade para a entrada no mercado de trabalho.

A má qualidade da educação brasileira e as limitações históricas do ensino técnico, combinados com o aquecimento da economia brasileira nos últimos anos, que levou a uma queda progressiva das taxas de desemprego, parecem justificar uma preocupação generalizada na sociedade brasileira a respeito de um suposto "apagão de mão de obra", ou seja, a dificuldade do setor produtivo conseguir no mercado de trabalho pessoas com as qualificações profissionais de que necessita. Os baixos níveis de desemprego, mesmo com o desaquecimento da economia nos anos mais recentes, parecem também confirmar a existência de um problema estrutural de falta de mão de obra. (SCHWARTZMAN, CASTRO, 2013).

Nota-se que apesar dos esforços dos indivíduos na busca por qualificações para adentrar no mercado de trabalho, esta não é vista como suficiente, pois a economia do país afeta diretamente os diversos setores empresariais.

O último ponto relevante notado durante a pesquisa, pertence a avaliação das escolas profissionalizantes acerca da visão dos entrevistados, onde foi questionado a consideração dos alunos a respeito de alguns aspectos.

[...] avaliar um curso é diagnosticar o desempenho de cada um de seus componentes – professores, alunos, equipe de apoio, material didático, projeto

pedagógico, ambiente virtual – avaliando sua contribuição e adequação para realizar os objetivos propostos. E o mais importante, detectar as alterações necessárias, a forma e o momento adequados para realizá-las. (CARLINI; RAMOS, 2009, p. 163)

O ato de avaliar é primordial para que haja melhorias nas instituições de ensino, em especial nas profissionalizantes, pois esta modalidade vem crescendo cada vez mais, possuindo uma demanda de procura progressiva.

Sendo assim, dentro do tópico avaliação foi citado pelas acadêmicas que compuseram o artigo, 4 situações e uma delas em questão merece o destaque. Foi lhes questionado a respeito dos conteúdos que são passados nos cursos (Gráfico 24), se eles são suficientes para que eles possam atuar no mercado de trabalho. Entender esta importância nos leva a compreender o quão importante é saber se os estudantes recebem um conteúdo de qualidade daquilo que estão aprendendo, pois eles são o futuro, os que vão assumir os cargos daqueles que exercem hoje em seus lugares de trabalho. Grande parte dos entrevistados diz que sim, que o que lhes é ofertado ali, seria suficiente e que saem preparados para os desafios que encontraram ao longo de suas jornadas futuras.

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e por conta disso as pessoas procuram-no e se dedicam para obter uma qualificação de qualidade para poder atuar em suas áreas de trabalho. Considerando este ponto que o ensino profissionalizante já não é mais como antigamente, que demanda tempo e dedicação para o mesmo, todos os pontos abordados na pesquisa e as informações adquiridas, percebemos a relevância da educação profissional e a demanda de uma mão-de-obra qualificada aumenta cada vez mais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que as escolas profissionalizantes ainda não são tão valorizadas e há pouca divulgação, notou-se a necessidade de realizar uma pesquisa sobre o assunto, expondo sua história e importância para a sociedade.

Para que este artigo fosse realizado, as acadêmicas enfrentaram vários obstáculos, iniciando-se na decisão do tema. Em conversa com professoras da instituição de ensino, levantou-se o pensamento de produzir este artigo sobre escolas profissionalizantes no âmbito pedagógico, seria desenvolvido junto a pedagoga em uma instituição, porém com as circunstâncias atuais, do Covid-19, a hipótese de realizar uma visita presencial foi interrompida e mais uma vez, as acadêmicas se viram na necessidade de adequar o tema e encontrar um novo caminho.

Em discussões realizadas dentro da equipe, percebeu-se que as integrantes teriam a oportunidade produzir este trabalho junto aos estudantes de escolas profissionalizantes em geral, pois as mesmas conheciam pessoas que estavam nesta modalidade de ensino. Então, resolveu-se abordar como foco principal, não mais a área pedagógica, mas sim os alunos que fazem parte das escolas profissionalizantes.

Em consideração aos dados obtidos sobre educação profissional, as acadêmicas constataram como problemática, os principais desafios encontrados pelos alunos no decorrer do curso e como poderiam ser superados. Em vista dos argumentos apresentados no decorrer deste trabalho, através do questionário apresentado e pesquisas realizadas neste percurso, adquiriu-se todas as respostas necessárias, para poder afirmar que o objetivo foi alcançado e trouxe algumas novas perspectivas.

As acadêmicas ao compor a pesquisa citaram 4 desafios que poderiam ser encontrados no dia a dia dos estudantes, pedindo que se houvesse mais algum, que fosse citado, infelizmente nenhum entrevistados quis propor outro tipo de desafio, porém já com os mesmos que foram apresentados na pesquisa, trouxeram dados marcantes. O que mais se destaca e que merece atenção é a questão da falta de incentivo do governo, pois há grande necessidade de investimento para que mais pessoas possam ingressar e ter a oportunidade de expandir seus conhecimentos.

Para trabalhos futuros, gostar ia-se de propor a ideia, que a pesquisa fosse realizada dentro de uma escola profissionalizante, junto a pedagoga, para que possam ser analisados de perto qual é a realidade desta modalidade de ensino, tanto na visão dos alunos, quanto no do pedagógico, já que infelizmente isto não foi possível nesta pesquisa.

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Alvará de 1º de abril de 1808. Permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil.** Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 10, 1891.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BRASIL (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL (1927). **Decreto Nº 5.241, de 22 de agosto de 1927.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5421-22-de-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.htm>>. Acesso em 27 mai. 2020.

BRASIL (1942). **DECRETO – LEI Nº 4.048, DE 22 DE JANEIRO DE 1942.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-de-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1946). **Decreto-Lei Nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1946). **DECRETO-LEI Nº 9.853, DE 13 DE SETEMBRO DE 1946.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9853.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BRASIL (1946). **DECRETO-LEI Nº 9.403, DE 25 DE JUNHO DE 1946.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9403.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9403.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BRASIL (1997). **DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL (1909). **Legislação Informatizada – DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909 – Publicação Original.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-de-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1937). **Legislação Informatizada – LEI Nº 378, DE 13 DE JANEIRO DE 1937 – Publicação Original.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1942). **Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 4.127, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1942 - Publicação Original.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1968). **Legislação Informatizada - LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968 - Publicação Original.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BRASIL (1982). **Legislação Informatizada - Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982 - Publicação Original.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BRASIL (1953). **LEI Nº 1.821, DE 12 DE MARÇO DE 1953.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1821.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1821.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1991). **LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8315.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8315.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1994). **LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1996). **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL (1961). **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BRASIL (1978). **LEI Nº 6.545, DE 30 DE JUNHO DE 1978.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BRASIL (2005). **Lei n.º 11.195, de 18 de novembro. Dá nova redação ao § 5o do art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União. Brasília, 18 nov. 2005. Recuperado em 23 novembro, 2016.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BRASIL (2008). **Lei n.º 11.741, de 16 de julho. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jul. 2008. Recuperado em 17 novembro, 2016.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 22 mai 2020.

BRASIL (2012). **Resolução CNE/CEB n.º 04, de 6 de junho. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB n.º 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866)>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CABRAL, Dilma. **Colégio das Fábricas.** Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/155-colegio-das-fabricas>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CANDIDO, Francineuma Guedes; JUCÁ, Sandro César Silveira; SILVA, Solonildo Almeida da; ALVES, Francisco Régis Vieira. **Educação para o trabalho: a Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34813/html>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CARLINI, A. L.; RAMOS, M. P. **A avaliação do curso.** In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, 2009. pp. 161-165.

ESCOTT, C. M; MORAES, M. A. C. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** In: IX Seminário Nacional de Estudos e

Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”. (pp. 1492- 1508). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

FERES, Marcelo. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o Ensino Médio.** Disponível em: <[http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT\\_Estudo\\_MarceloFeres.pdf](http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT_Estudo_MarceloFeres.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FERES, Marcelo. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o Ensino Médio.** Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ensinoprofissionaltecnico-movimentopelabase-digital.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

FILHO, Ruy Leite Berger. **Educação Profissional no Brasil: novos rumos.** Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/documentos/rie20a03.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

Folha Vitoria. **A importância da Educação Profissional na Formação e Valorização do Ser Humano.** 2013. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/economia/blogs/gestaoresultados/2013/04/26/a-importancia-da-educacao-profissional-na-formacao-e-valorizacao-do-ser-humano/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

GARCIA, Adilson de Campos; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de; CASTILHO, Maria Augusta de; **Educação Profissional no Brasil: Origem e trajetória.** Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GILIO, Ismael. **Trabalho e educação: Formação Profissional e mercado de trabalho.** 1 ed. São Paulo: Nobel, 2000.

HISTED. **História da educação profissional no Brasil: As políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.5.1.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.5.1.pdf)>. Acesso em: 06 mai. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. **Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article%20/download/10762/10269>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

LIBERATO, Rafael. **Como fazer um gerenciamento de tempo de forma eficaz.** Disponível em: <<https://www.senior.com.br/blog/como-fazer-um-gerenciamento-de-tempo-de-forma-eficaz#:~:text=Por%20que%20um%20bom%20gerenciamento,com%20a%20qualidade%20no%20atendimento.>>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MATIAS, Átila. **“Fordismo”;** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/fordismo.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

METISSOT, Guilherme. **A Diplomacia Bismarckiana (1871-1890)**. Disponível em: <<https://guilhermetissot.wordpress.com/2009/10/03/a-diplomacia-bismarckiana-1871-1890/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação profissional na LDB**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfantil/apresentacao?task=view&id=10879>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA NO BRASIL**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

PERCÍLIA, Eliene. **“Henry Ford”**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/henry-ford.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

Plataforma Nilo Peçanha. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. PNP 2018 v.2 (Ano Base 2017)**. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Plataforma Nilo Peçanha. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. PNP 2019 (Ano Base 2018)**. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Plataforma Nilo Peçanha. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. PNP 2020 (Ano Base 2019)**. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1º ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção Formação Pedagógica, 2014.

REDE DE EXPERIÊNCIAS. **A importância do material didático**. Disponível em: <<https://www.rededeexperiencias.com.br/atualiza/importancia-do-material-didatico#:~:text=Por%20meio%20da%20did%C3%A1tica%2C%20os,e%20d%C3%A3o%20significado%20ao%20conte%C3%BAdo>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ROCHA, Lana. **História das Escolas Técnicas**. Disponível em: <<http://fenetbrasil.blogspot.com/p/historia-das-escolas-tecnicas.html>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. **Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra**. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362013000300010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300010)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SITE EVOLUA. **Qual a importância de um curso profissionalizante?**. Disponível em: <<https://ensinointerativo.com.br/qual-importancia-curso-profissionalizante/>> . Acesso em: 19 jun. 2020.

SITE FOLHA DIRIGIDA. **7 em cada 10 formados no ensino técnico estão empregados.** Disponível em: <<https://folhadirigida.com.br/empregos/empregos/7-em-cada-10-formados-no-ensino-tecnico-estao-empregados>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SOUSA, Rafaela. **“Taylorismo”;** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; JUNIOR, Antonio de Souza. **A educação profissional no Brasil.** Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>>. Acesso em: 22 mai. 2020.